



Assembleia Municipal de Lagos

SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO/2024

1.ª REUNIÃO - 19/02/2024

PROPOSTA

Praça Gil Eanes
8600-668 LAGOS
PORTUGAL
T (+351) 282 780 078
(+351) 282 762 696
www.am-lagos.pt
geral@am-lagos.com

Em Lagos temos vindo a assistir de forma recorrente e nos últimos anos a episódios lamentáveis de insegurança na via pública.

O Grupo Municipal do PSD tem vindo a destacar a falta de efetivo policial, para patrulha e mesmo para garantir um mínimo razoável de agentes diariamente ao serviço do nosso concelho para a intervenção e a defesa da segurança pública.

Já em março de 2023, a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) alertou na Assembleia da República à Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para a situação “complexa e difícil” em que vive atualmente a PSP, uma instituição que “está demasiadamente envelhecida e com pouca capacidade operacional”.

Nesta mesma Comissão, um Deputado do Partido Socialista, salientou que nada tinha a comentar, revelando apenas que por parte da tutela tem sido feito um esforço de abrir mais concursos.

Este suposto esforço não constitui uma solução real para o problema, uma vez que as causas do mesmo se situam a montante, isto é, não há candidatos ao corpo da PSP, porque as condições de ingresso, a valorização da carreira e a progressão na mesma são manifestamente insatisfatórias.

A esta realidade temos agora que somar que o Governo Socialista procedeu ao aumento/atribuição de subsídios de risco na Polícia Judiciária de 518,86 euros para os inspetores e de 663 euros para carreira de especialista da polícia científica é de 663,96 euros, passando o suplemento de missão para o valor de 1.026,85 euros em todas as carreiras.

Enquanto para a Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana está

convencionado 100 €uros “um valor muito aquém do desejado”.

Consideramos que é urgente avançar para uma revisão imediata de todas as componentes atribuídas aos militares da GNR e agentes da PSP, nomeadamente subsídio de risco e suplementos remuneratórios.

É tempo do Governo e do Parlamento se preocuparem menos com as tricas partidárias e mais com a segurança dos portugueses.

É tempo de agir e de reconhecer o que efetivamente estes profissionais precisam para garantir a nossa segurança.

A segurança é um bem comum que a todos diz respeito!

A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 19 de fevereiro de 2024, delibera:

Exortar o Governo e a Assembleia da República a criarem as condições de dignidade para a carreira dos profissionais da PSP e da GNR e a dotar estas instituições dos recursos adequados para que cumpram a sua nobre Missão, de salvaguarda da segurança de pessoas e bens, da ordem pública e do estado de direito.

Aprovada, por unanimidade e em Minuta

